



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

AS METRÓPOLES BRASILEIRAS NA DIVISÃO SÓCIO-ESPACIAL DO TRABALHO

Autores:

Marcelo Gomes Ribeiro - IPPUR/UFRJ - marceloribiero@ippur.ufrj.br

Juciano Martins Rodrigues - IPPUR/UFRJ - juciano@observatoriodasmetroles.net

Resumo:

Este trabalho busca compreender a posição econômica que as metrópoles brasileiras possuem na divisão sócio-espacial do trabalho das regiões do país, considerando, principalmente a crise econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos. Postula-se que essa crise, tanto decorrente de mudanças na conjuntura econômica internacional quanto de mudanças ocorridas na própria condução da política econômica governamental, reflete na divisão sócio-espacial do trabalho no país. Dessa forma, pretende-se refletir sobre suas condições anteriores, de modo a compreender o quadro atual do desenvolvimento regional e, de forma particular, do modo como se dá a inserção de cada metrópole no seu contexto regional. Para a análise desenvolvida adota-se a definição de metrópole definidas pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e as regiões definidas pela Divisão Urbano-Regional do Brasil, ambos do IBGE. Os dados utilizados são o PIB Municipal e dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

AS METRÓPOLES BRASILEIRAS NA DIVISÃO SOCIO-ESPACIAL DO TRABALHO

INTRODUÇÃO

Num país como o Brasil, em que o processo de metropolização confere importância especial na constituição de sua rede urbana, é relevante compreender a posição econômica que as metrópoles brasileiras possuem na divisão sócio-espacial do trabalho das regiões do país, principalmente quando se considera a crise econômica experimentada pelo Brasil nos últimos anos, tanto decorrente de mudanças na conjuntura econômica internacional quanto de mudanças ocorridas na própria condução da política econômica governamental. Refletir, portanto, sobre as condições anteriores da divisão sócio-espacial do trabalho do país torna-se importante para compreender o quadro atual do desenvolvimento regional e, de modo particular, do modo como se dá a inserção de cada metrópole no seu contexto regional.

Apesar de a metrópole ser concebida pela sua capacidade de polarização territorial, consideramos que o modo como se apresenta sua inserção regional reflete a própria divisão sócio-espacial do trabalho no país, diferenciando-as por meio da concentração ou desconcentração da atividade econômica em seu contexto regional. Refletir, portanto, sobre as condições de cada região, a partir da divisão sócio-espacial do trabalho, nos permitirá compreender a posição econômica de cada metrópole do país, bem como possíveis mudanças nessa posição em decorrência da nova conjuntura econômica que passou a se apresentar no Brasil.

Para realização deste trabalho, vamos utilizar a definição de metrópole a partir do estudo Regiões de Influências das Cidades (2007), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e vamos considerar as regiões brasileiras a partir do estudo Divisão Urbano-Regional (2017), também de autoria do IBGE. Os dados utilizados neste trabalho serão os referentes ao PIB Municipal agregado nos níveis regionais e metropolitanos, dos anos de 2006 (antes da crise econômica) e de 2015 (momento da crise econômica), também construídos pelo IBGE, e os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sistematizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os mesmos anos referidos, onde utilizaremos uma classificação das atividades econômicas elaborada pelo Observatório das Metrôpoles a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Este trabalho está organizado em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, serão discutidas as mudanças no quadro econômico nacional e internacional que refletiram na divisão sócio-espacial do trabalho do Brasil. Na terceira seção, serão apresentadas aqueles aspectos metodológicos mais relevantes deste trabalho, como a definição de metrópole adotada, a definição da divisão urbano-regional do país e a classificação de atividades econômicas que será utilizada. Na quarta seção, apresentaremos os resultados encontrados e as análises deles decorrentes.

MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O Brasil é, na atualidade, um país eminentemente urbano, em que parcela significativa de sua população se concentra nos espaços metropolitanos, o que confere à dinâmica econômica modos de estruturação que reflete essa realidade. De um lado, o modo como o país se organiza populacional e territorialmente influencia na sua estrutura econômica; de outro lado, o modo como a economia se estrutura – e se espacializa – contribui para a organização populacional e territorial do país. Neste sentido, a preocupação com o desenvolvimento econômico nacional deve considerar, ao mesmo tempo, o papel que desempenha as principais metrópoles nesse processo, na medida em que são importantes mercados de consumo e de trabalho, e o impacto desse desenvolvimento sobre os espaços metropolitanos, principalmente referentes à estrutura econômica e à organização do mercado de trabalho de cada uma dessas metrópoles. Porém, mesmo que isso seja válido para todo o país, o modo como cada metrópole se apresenta economicamente também reflete as condições do contexto regional onde elas estão inseridas. Por este motivo, torna-se muito significativo a análise da estrutura econômica das principais metrópoles do país, tendo em vista suas diferenças econômicas regionais, para podermos refletir sobre a importância dessas metrópoles para o desenvolvimento econômico nacional. A análise das diferenças econômicas regionais requer o entendimento da dinâmica de estruturação da divisão socioespacial do trabalho. Isso porque a economia nacional passou a apresentar mudanças significativas, principalmente, a partir de 2013, além das transformações do modo em que se realiza sua inserção na economia internacional. Para o entendimento desse conjunto de transformações, é fundamental compreender as características do período anterior da economia brasileira, cuja discussão foi focada na questão regional.

Em decorrência do modo como se configurou o desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, ancorado no processo de industrialização, o debate da questão regional no país tratava, nos anos 1950 e 1960, da integração do mercado nacional, tendo em vista a concentração econômica ocorrida no Estado de São Paulo e, principalmente, na metrópole paulista. Dos anos 1970 em diante, essa discussão passou a ser analisada sob o prisma da desconcentração econômica que começou a se manifestar desde então. Tratava-se, nesse momento, de compreender os mecanismos explicativos da desconcentração econômica e se estes tendiam a reforçar a integração do mercado nacional. Foi analisado por Cano (2007) que a desconcentração econômica verificada na década de 1970 apresentava um caráter virtuoso em decorrência do fato de naquele período todas as regiões do país terem apresentado crescimento bastante significativo e superiores ao crescimento registrado também por São Paulo. Neste sentido, o maior crescimento econômico verificado nas regiões do país, exclusive São Paulo, significou a ampliação do desenvolvimento econômico territorial do país, o que neste sentido reafirmava o processo de integração do mercado nacional.

Porém, com a crise dos anos 1980 e o esgotamento do processo de substituição de importações, verificou-se na década seguinte um processo de desconcentração econômica, num contexto onde quase todas as regiões do país apresentaram redução do seu crescimento, principalmente impulsionadas pelo setor industrial, tendo em vista que o setor produtor de bens agrícolas não sofreu o mesmo impacto. Como São Paulo era palco do principal parque produtivo do país, os efeitos da crise se fizeram surgir aí com maior intensidade. Neste sentido, a desconcentração econômica desse período foi classificada como decorrente de um efeito estatístico, tendo em vista que todas (ou quase todas) regiões perderam, sendo que São Paulo, em termos de crescimento econômico, perdeu mais.

No período seguinte até o começo dos anos 2000, caracterizado pela abertura comercial e financeira do país e pela incorporação de políticas econômicas neoliberais, manifestadas sejam nas políticas setoriais sejam nas políticas macroeconômicas, a continuidade do processo de desconcentração econômica ganhou novos contornos e sugeriu novas interpretações. Houve interpretação que justificava a perda da polarização da área metropolitana de São Paulo, mas acompanhado de um processo de reversão dessa polarização, tendo em vista que a desconcentração econômica que se realizava se fazia concentrada num espaço ou regiões concentradas no entorno de São Paulo, tanto do interior deste estado, quando em outros estados adjacentes (DINIZ, 1993; DINIZ; DINIZ, 2007). E, neste sentido, a integração do mercado nacional impulsionado pela desconcentração não se estendia a todo o território do país, apesar do surgimento ou consolidação de novas atividades econômicas em decorrência das características naturais de cada região. Também houve interpretação que buscou justificar que, decorrente da própria abertura econômica e das transformações estruturais ocorridas, tanto microorganizacional como referente à globalização, a desconcentração econômica ao invés de contribuir para integração do mercado nacional, teria o efeito de provocar a fragmentação econômica do país (PACHECO, 1996), uma vez que algumas regiões tendiam a ganhar autonomia econômica, estabelecendo relações com o mercado estrangeiro de modo direto.

Do começo dos anos 2000 até a virada para a segunda década do século XXI, a questão regional tendeu a ceder terreno para a discussão do neodesenvolvimentismo, porque esse período foi interpretado por alguns analistas como caracterizado pela retomada do modelo de desenvolvimento econômico que havia se configurado entre os anos 1950 a 1980 (BARBOSA; SOUZA, 2010). Apesar disso, foram feitas também críticas a essa interpretação, por um lado, porque não houve mudanças estruturais na perspectiva do modelo de substituição de importações ocorridas naquele momento (GONÇALVES, 2010), por outro lado, porque os determinantes do crescimento foram impulsionados por fatores não dinâmicos.

No período 2004-2013, a economia brasileira apresentou média de crescimento anual de 3,8%, ao contrário do demonstrado nas décadas anteriores, em que o baixíssimo crescimento caracterizou aquele período da economia brasileira como décadas perdidas (década de 1980 e década de 1990), sendo que no período de 2004 a 2008 a média registrada foi 4,6%, pois houve queda significativa em 2009 devido aos efeitos da crise de 2008 seguida de recuperação em 2010. Os fatores responsáveis pelo crescimento econômico brasileiro no período (apesar da oscilação verificada) foram, principalmente, a exportação de commodities minerais e agrícolas e o consumo interno. O primeiro se deveu, em grande medida, ao que foi chamado efeito-China, tendo em vista que o crescimento econômico elevado daquele país exigiu que se comprassem produtos primários em outros países do mundo, sendo o Brasil beneficiado com exportações. O segundo fator decorreu do aumento do emprego no mercado de trabalho brasileiro acompanhado de elevação real do salário mínimo, o que possibilitou maior capacidade de realização de consumo, e do aumento do crédito ao consumidor e do aumento do crédito produtivo.

Nesse período em que o crescimento econômico foi impulsionado pelas exportações de produtos primários, pelo consumo interno e pelo aumento do crédito, o que se discutia referente à estrutura econômica brasileira era o chamado processo de desindustrialização. Esse processo pode ser entendido de forma distinta entre os autores que apontavam sua existência: pode significar tanto desindustrialização relativa, tendo em vista a perda de participação da indústria, principalmente da indústria de transformação, no PIB (Produto Interno Bruto) do país, mas sem perder sua importância na dinamização da economia como um todo; pode significar um processo de especialização produtiva

regressiva, tendo em vista que com apreciação cambial, a economia brasileira passava a se caracterizar por aquilo que foi denominado de reprimarização, pois se especializava em produtos primários (commodities agrícolas e minerais), impulsionados pelo mercado internacional, e a indústria perdia competitividade dado a concorrência com os produtos industriais importados, favorecidos pelo câmbio. Além disso, com a elevada taxa de juros, tornou-se mais rentável a realização de investimento financeiro em detrimento do investimento produtivo, diminuindo o interesse dos setores produtivos na capacidade de realização de novas inversões.

O setor público também teve um papel importante no período em questão quando foi capaz de realizar inversões seja na construção (ou renovação) de infraestrutura, seja por meio de políticas econômicas capazes de induzir o investimento em alguns ramos de atividades industriais entendidos como estratégicos, como foi o caso da indústria automobilística – devido à redução de alíquotas do imposto da produção (IPI) – e do setor da construção civil – impulsionados tanto por meio da Política de Aceleração do Crescimento¹ (PAC), como do programa habitacional Minha Casa Minha Vida e, em alguma medida, pelos investimentos que ocorreram em torno dos chamados megaeventos (Copa do Mundo de Futebol 2014 e Jogos Olímpicos 2016). Apesar disso, o investimento público setorial ficou restrito a apenas alguns ramos da indústria, sofrendo ainda com a baixa capacidade tecnológica.

Foi um período que apresentou algumas mudanças na divisão socioespacial do trabalho no Brasil, apesar da manutenção do quadro de desigualdades econômicas regionais. Houve redução da participação relativa do Sudeste no PIB nacional, marcada principalmente da desconcentração econômica do Estado de São Paulo em favor de outros estados do próprio Sudeste, mas também para outros estados da região Sul (SIQUEIRA, 2015). As mudanças nas estratégias locais de alguns segmentos industriais também contribuiu para redução da participação econômica do Sudeste. Mesmo assim, essa região continuou sendo a mais dinâmica do país, principalmente no Estado de São Paulo, onde há a presença dos setores mais dinâmicos da indústria e também há maior diversificação. Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram desempenho econômico importante devido à indústria extrativa mineral, que ganhou novo impulso nesse período. O Nordeste atraiu algumas indústrias importantes, devido suas políticas de mudanças na estratégia de localização, acompanhada também da guerra fiscal existente entre os estados brasileiros. Além disso, se beneficiou de inversões públicas realizadas na região, principalmente decorrente da construção de infraestrutura, como portos e aeroportos. Outro fator importante para região foi o aumento real do salário mínimo e as transferências governamentais que contribuíram para maior dinamismo do seu mercado consumidor. O Centro-Oeste e Norte do país aprofundaram sua estrutura produtiva em produtos agrícolas, beneficiadas pelas exportações para China, principalmente. O Sul do país se beneficiou tanto da desconcentração econômica de São Paulo quanto da exportação de produtos agrícolas (SIQUEIRA, 2015).

Um novo cenário passou a ser observado na economia brasileira a partir de 2013. Apesar da continuidade do processo de desindustrialização, aprofundando sua condição de especialização produtiva regressiva, houve redução da participação do setor público na realização de inversões em infraestrutura e de estímulo ao investimento privado, houve redução do consumo interno, decorrente tanto do aumento do desemprego, quanto do aumento do endividamento, houve retração da atividade econômica da China, o que fez diminuir as exportações brasileiras, além de redução do preço do petróleo no mercado internacional, diminuindo o valor das exportações de commodities minerais. Neste

¹ O PAC não foi um programa restrito ao setor da construção civil, mas este foi um setor que muito se favoreceu com esse programa.

novo cenário, a economia brasileira passou a apresentar baixíssimo crescimento econômico (alguns momentos de crescimento negativo), o que coloca como questão os efeitos para a divisão socioespacial do trabalho no país e o lugar ocupado pelas metrópoles brasileiras nesse novo período. Além de tudo isso, a economia brasileira na atualidade tem avançado no processo de finaceirização, o que reforça, ainda mais, a necessidade de análise sobre seu dinamismo econômico, principalmente porque essa nova fase tem sido interpretada como momento de inflexão ultraliberal na economia brasileira (RIBEIRO, 2013).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, vamos tecer alguns comentários sobre os aspectos metodológicos mais relevantes deste trabalho, tendo em vista a necessidade de situar o leitor acerca do modo como as metrópoles foram conceituadas e definidas, do modo como as regiões foram definidas e o modo como foi operacionalizada a classificação de atividades econômicas aqui utilizada. Além disso, serão expostas algumas considerações sobre os dados utilizados.

AS METRÓPOLES BRASILEIRAS

As metrópoles brasileiras, neste trabalho, são definidas a partir do estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse estudo procura definir a rede urbana brasileira que se constitui em um sistema hierárquico de cidades, que decorre da influência que determinadas áreas urbanas exerce sobre outras áreas do país. O ponto de partida na definição da rede urbana brasileira no que se refere à constituição dessa hierarquia das cidades se deu a partir das Áreas de Concentração Populacional (ACP). As ACP's constituem-se como "manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo" (REGIC, 2013), em estudo realizado por Maria Luiza Castello Branco (2006).

Nesse trabalho, foram identificadas 40 Áreas de Concentração Populacional em todo país. As Áreas de Concentração Populacional, ao serem definidas a partir de manchas urbanas de ocupação contínua, podem incorporar mais de um município do país, tendo em vista o processo de conurbação e integração funcional existente dos principais aglomerados urbanos. Normalmente a área de concentração populacional pode incorporar mais de um município e, neste caso, é identificada pelo principal centro urbano que a constitui.

Das 40 ACP's identificadas pelo estudo de Castello Branco (2006), apenas 12 ACP's são definidas na REGIC como Metrôpoles, sendo que elas possuem fortes relacionamentos entre si. Mesmo assim, há hierarquia entre elas: São Paulo, considerada a grande metrópole nacional; Rio de Janeiro e Brasília, denominados de metrópoles nacionais; Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, denominadas de metrópoles. Essas Áreas de Concentração Populacional definidas como metrópoles decorre do fato de exercer influência de outros espaços do país no que se referem à centralização da gestão pública e também da gestão privada, da concentração

da oferta de equipamentos e serviços e dos fluxos econômico e populacional exercido com outros espaços, o que constitui sua capacidade de polarização de outros espaços do país.

REGIONALIZAÇÃO: DIVISÃO URBANO-REGIONAL

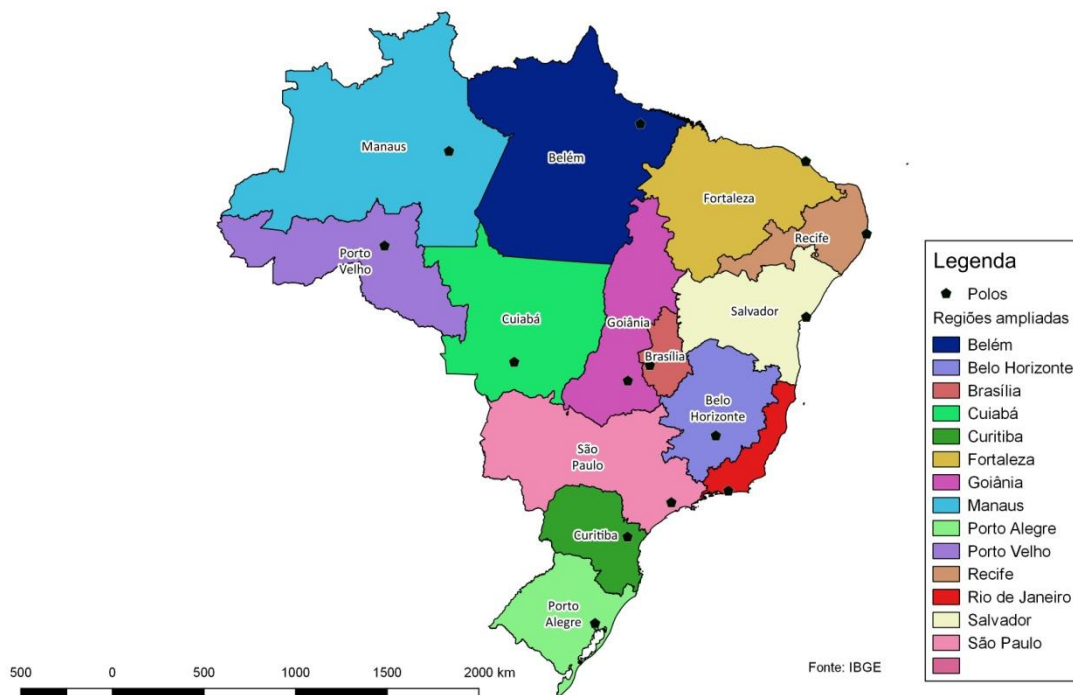
Para análise da posição econômica das metrópoles brasileiras em seu contexto regional, vamos utilizar de outro estudo do IBGE sobre regionalização, denominado de Divisão Urbano-Regional do Brasil (IBGE, 2013), tendo em vista que este estudo toma como ponto de partida para sua definição regional a hierarquia de cidades identificadas na REGIC. Sendo assim, a regionalização é definida pela influência ou articulação de determinados centros urbanos sobre outros espaços do território nacional.

Na Divisão Urbano-Regional são definidos três níveis escalares de articulação urbana. O nível mais elevado é chamado de Região Ampliada de Articulação Regional, seguido pelo nível denominado Região Intermediária de Articulação Regional e, por conseguinte, pelo nível denominado de Região Imediata de Articulação Regional. Em cada um desses níveis de articulação urbana, há um centro urbano que define a região. No nível mais elevado de articulação urbana, foram identificadas 14 regiões, sendo que cada região é definida a partir da influência de alguma metrópole do país. Como há apenas 12 metrópoles, pelo estudo do REGIC, duas regiões são definidas pela influência de duas capitais regionais, que são Cuiabá e Porto Velho (ver figura 1).

Uma característica importante desta regionalização, ao contrário daquilo que é observado no estudo do REGIC do IBGE, é que cada município pertence, única e exclusivamente, a uma região em determinado nível escalar. No REGIC, determinado município pode ser influenciado por mais de um centro urbano, algo que não ocorre na regionalização da Divisão Urbano-Regional.

No presente trabalho vamos considerar as 14 regiões ampliadas de articulação urbana para analisar a influência de suas metrópoles no contexto regional. A análise será feita a partir da relação entre a metrópole (ou a capital regional, tendo em vista as regiões de Cuiabá e Porto Velho) e os demais municípios que fazem parte da sua região de influência.

Figura 1: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana



CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

A classificação das atividades econômicas adotada neste trabalho foi elaborada a partir das divisões e classes integrantes da CNAE 2.0, que, reunidas, deram origem a grupos de atividades em três níveis de classificação. O primeiro destes agrupamentos equivale ao conjunto formado por seis Setores de Atividade, com seus respectivos códigos: 10 - Setor primário agropecuário e extrativo; 20 - Indústrias derivadas de atividades agropecuárias extrativas; 30 - Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia; 40 - Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia; 50 - Construção; 60 - Serviços. Esses mesmos setores – em um segundo nível – se desdobra em 19 ramos. O Setor 10 é composto pelos ramos: 110 - Agropecuária; 120 - Extração Mineral; 130 - Extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis. O setor 20 reúne: 210 – Indústrias ligadas à agropecuária; 220 – Indústrias ligadas à indústria extrativa. O Setor 30 se subdivide em: 310 – Manufaturas de baixa intensidade tecnológica; 320 – Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica. O setor da Construção se desdobra nos seguintes ramos: 510 – Incorporação e atividades imobiliárias próprias; 520 – Construção de edifícios; 530 – Obras de infraestrutura; 540 – Serviços especializados para a construção. Por fim, o setor de Serviços (60) está decomposto em seis ramos: 610 – Serviços industriais e utilidade pública; 620 – Serviços Distributivos; 630 – Serviços produtivos e financeiros; 640 – Serviços sociais; 650 – Serviços pessoais; 660 – Serviços domésticos. O terceiro nível da classificação foi concebido para dar maior detalhamento ao setor de serviços, que se desdobra em 20 sub-ramos. Os demais, nesse último nível, se mantêm inalterados. Os detalhes sobre a estrutura dessa classificação podem ser observados no quadro 1 e na figura 1 do Anexo.

OS DADOS UTILIZADOS

Os dados que permitem tratar da posição econômica das metrópoles no Brasil são apenas os dados do PIB Municipal, quando feita sua agregação dos municípios que compõem cada metrópole. O PIB Municipal é calculado pelo IBGE a partir da definição das Contas Nacionais, em que se define o PIB de todo país, e das Contas Regionais, que define o PIB de suas Unidades da Federação. Uma vez definidos o PIB do país e o PIB Regional é que se calcula o PIB Municipal. Por se constituir num processo de desagregação de dados, a divulgação do PIB Municipal é restrita apenas aos grandes setores de atividade econômica: agropecuária, indústria e serviços, sendo que este último pode também separar os serviços da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, o que limita a caracterização do tipo de atividade econômica existente em cada metrópole e, por conseguinte, no seu contexto regional.

Por este motivo, para além da análise feita por meio da agregação do PIB Municipal, vamos tentar detalhar a caracterização das atividades econômicas por da utilização da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que se constitui como registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da classificação de atividades econômicas elaboradas pelo Observatório das Metrópoles a partir da CNAE 2.0, considerando o segundo nível dessa classificação.

Essa tentativa de maior detalhamento das atividades econômicas por meio da referida classificação apresenta algumas diferenças com os setores de atividade econômica do PIB Municipal. Uma importante diferença é que as atividades da construção, sejam as atividades industriais, sejam as atividades de serviços, foram classificadas como um segmento econômico próprio, separado das demais atividades industriais e também das demais atividades de serviços. Outra diferença é que no PIB Municipal passou a ser separado o setor de serviços do setor da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (que será chamada neste trabalho apenas de setor da administração pública). Esse setor da administração pública corresponde ao ramo de atividade dos Serviços Sociais que compõem o setor de serviços da classificação do Observatório das Metrópoles. Por este motivo, quando do detalhamento das atividades econômicas a partir dos dados da RAIS será preciso considerar essas diferenças, tendo em vista que não há correspondência direta, apenas uma tentativa de qualificação dos ramos de atividade econômica presente em cada setor de atividade econômica do PIB Municipal.

Os dados da RAIS selecionados para análise neste trabalho se referem aos vínculos de emprego². Esses dados não correspondem às atividades econômicas propriamente ditas, mesmo que sejam organizados segundo a classificação de atividades econômicas. Constituem-se apenas como uma aproximação do nível da atividade econômica observada por meio dos vínculos de emprego. Essa aproximação pode alcançar maior ou menor representação do nível de atividade econômica a depender do patamar de produtividade da atividade econômica. Atividades econômicas de maior produtividade, que requer níveis tecnológicos mais avançados, podem requerer menor quantidade de trabalho; ao contrário, sendo menor a produtividade a quantidade de trabalho requerida pode ser maior. Mesmo diante dessas dificuldades, procuramos neste trabalho qualificar as atividades econômicas do PIB Municipal agregado nas escalas que serão trabalhadas por meio dos dados da RAIS porque não há outras bases de dados que nos permita realizar esse tipo de análise para o recorte espacial que será utilizado.

² Testamos, além dos vínculos de emprego, os dados de massa salarial e média salarial, que também podem ser obtidos na RAIS, e os resultados se mostraram semelhantes àqueles obtidos por meio dos vínculos de emprego.

POSIÇÃO ECONÔMICA DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS NO SEU CONTEXTO REGIONAL

O Brasil apresenta diferenças econômicas regionais em termos de importância e de complexidade. Ao considerar a divisão urbano-regional elaborado pelo IBGE, podemos perceber a existência de quatro grupos de regiões de articulação ampliada que apresentam características em comum em termos de importância, quando medido pela participação que cada região tem no PIB do país. Esses grupos de regiões são: (i) São Paulo e Rio de Janeiro; (ii) Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte; (iii) Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília; (iv) Goiânia, Belém, Manaus, Cuiabá e Porto Velho.

O primeiro grupo de regiões, constituído por São Paulo e Rio de Janeiro, contém as regiões de articulação ampliada com as maiores participações no PIB do país, juntas são responsável pela metade do PIB nacional. A região de São Paulo apresentava participação de 37,1%, em 2006, e de 35,7%, em 2015. A região do Rio de Janeiro registrava 15,3%, em 2006, e 13,6%, em 2015. Essas também são as regiões com as maiores participações no Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial do país e no VAB de serviços, apesar de a diferença entre as duas também ser muito elevada.

O segundo grupo de regiões de articulação ampliada, que corresponde às metrópoles de Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, era responsável por 22,1% do PIB do país, em 2006, e de 22,9%, em 2015. A região de Curitiba aumentou sua participação no PIB nacional, entre 2006 e 2015, de 8,5% para 9,4%. A região de Porto Alegre variou positivamente sua participação de 7,1% para 7,4%, no mesmo período. A região de Belo Horizonte variou negativamente sua participação no PIB nacional, passando de 6,5% para 6,1%. A participação dessa região no VAB industrial do país aumentou de 23,6%, em 2006, para 26,3%, em 2015. No setor de serviços praticamente não houve alteração, pois a participação dessas regiões no VAB de serviços do país alterou apenas de 2,16% para 21,9%, entre 2006 e 2009.

O terceiro grupo de regiões de articulação ampliada, que corresponde às regiões de Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília, registrou participação no PIB nacional de 16,9%, em 2006, e de 18,1%, em 2015. Esse aumento foi também verificado em relação à participação no VAB industrial e no VAB de serviços. Observa-se que essas regiões também apresentam expressiva participação no VAB agropecuária, principalmente decorrente da região de Brasília.

O quarto grupo de regiões de articulação ampliada, composta por Goiânia, Belém, Manaus, Cuiabá e Porto Velho, apresentou participação de 8,6% no PIB nacional, em 2006, e de 9,7%, em 2015. Esse grupo de regiões se caracteriza pela baixa participação no VAB industrial do país e por expressiva participação no VAB agropecuária.

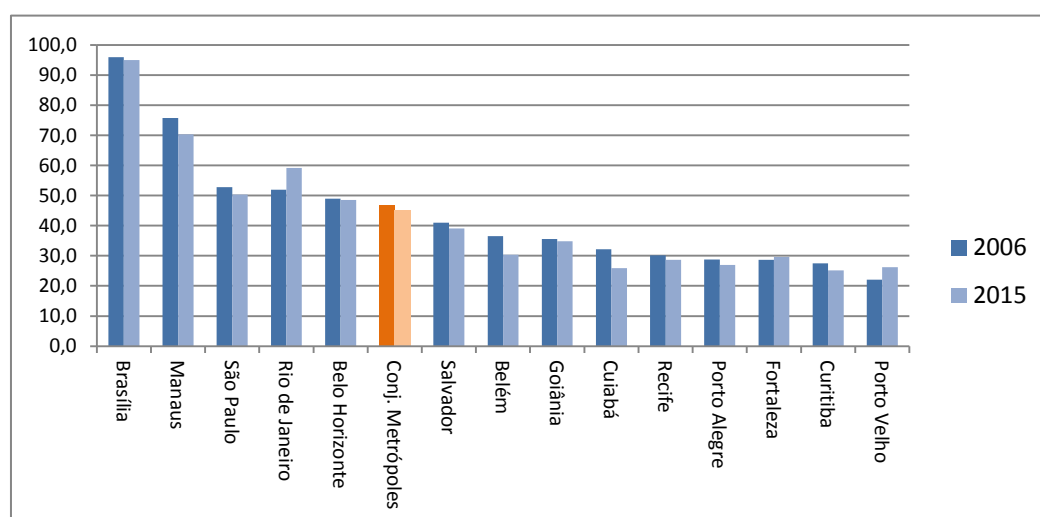
Essas regiões se diferenciam, porém, segundo o grau de concentração econômico entre suas metrópoles e os demais municípios que as compõem. Neste sentido, há regiões em que grande parte das atividades econômicas está concentrada em sua metrópole e há regiões em que as atividades econômicas estão desconcentradas regionalmente. Aquelas metrópoles que concentram as atividades econômicas da região são aqui denominadas de metrópoles de articulação concentrada; as metrópoles

que estão em regiões cuja atividade está desconcentrada são chamadas de metrópoles de articulação desconcentrada.

A utilização do termo metrópoles de articulação concentrada ou metrópoles de articulação desconcentrada decorre do fato de as regiões onde elas estão inseridas serem definidas por meio do processo de articulação realizado pela rede urbana e comandado pelos principais centros urbanos em cada uma das regiões. Como se trata de utilização do nível mais elevado da regionalização do estudo da Divisão Urbano-Regional do IBGE, as regiões ampliadas de articulação urbana, são as metrópoles em cada uma dessas regiões que comandam o conjunto da rede urbana regional. Neste sentido, se elas concentram a atividade econômica são chamadas de metrópoles de articulação concentrada; se a maior parte da atividade econômica encontra-se nos demais municípios da região, elas são denominadas de metrópoles de articulação desconcentrada.

Ao considerar a participação do conjunto das metrópoles na economia do país, observamos que elas apresentaram participação de 46,8% em 2006 e 45,3% em 2015. Apesar da redução de 1,5 pontos percentuais, esse patamar corresponde quase à metade da economia do país. Neste sentido, as metrópoles que foram classificadas como de articulação concentrada, foram aquelas que tiveram participação em sua região de influência em valor superior ao que fora observado para o conjunto das metrópoles. Essas metrópoles são Brasília, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (gráfico 1). Aquelas metrópoles que tiveram participação no PIB em sua região de influência menor do que fora observado para o conjunto das metrópoles foram classificadas como de articulação desconcentrada. Essas metrópoles são Salvador, Belém, Goiânia, Cuiabá, Recife, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba e Porto Velho.

Gráfico 1
Participação do PIB da metrópole no PIB de sua região de articulação ampliada 2006 e 2015



Fonte: PIB Municipal de 2006 e 2015, IBGE. Elaboração própria.

Entre as metrópoles que foram classificadas como de articulação concentrada, podemos observar que aquelas caracterizadas como metrópoles nacionais fazem parte desse rol de metrópoles: São Paulo, a grande metrópole nacional, Rio de Janeiro e Brasília. Além dessas metrópoles nacionais,

estão nesse grupo duas outras metrópoles importantes do país, Belo Horizonte, devido a sua posição de articulação e integração com as regiões de São Paulo, principalmente, e do Rio de Janeiro. Essas três regiões juntas correspondem à porção territorial mais dinâmica do país. Manaus, por sua vez, apresenta importância exatamente por não estar completamente articulada à dinâmica econômica comandada por São Paulo.

A partir dessa constatação, a questão que se coloca é se há algum padrão na estrutura econômica entre essas metrópoles que concentram as atividades em sua região de influência ou se elas apresentam estruturas econômicas diferentes, mesmo tendo em comum o fato de ser metrópole de articulação concentrada. O mesmo poderia ser indagado a respeito das metrópoles de articulação desconcentrada, porém devido ao limite de tamanho deste trabalho, vamos nos restringir a analisar apenas as metrópoles de articulação concentrada de modo a comparar suas estruturas econômicas vis-à-vis a estrutura econômicas dos demais municípios que estão sob sua influência.

METRÓPOLES DE ARTICULAÇÃO CONCENTRADA

As metrópoles de articulação concentrada são aquelas que apresentam grande participação no PIB da sua região de influência, o que caracteriza o fato de grande parte das atividades econômicas geradoras de riqueza estar nelas localizadas. As metrópoles que apresentam essa característica são Brasília, Manaus, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Apesar de apresentarem essa característica em comum, no período de 2006 a 2015, elas apresentam comportamento diferente, tendo em vista que há metrópoles que aumenta sua participação econômica na região sob sua influência, há metrópoles que reduz essa participação e outras que mantêm a mesma posição³.

Região de Articulação Ampliada de Brasília

A situação de Brasília é emblemática, tanto em relação à posição econômica que sua metrópole possui na região, quanto referente à variação dessa posição ao longo do tempo. No que se refere à posição econômica, podemos notar que a metrópole apresenta uma participação elevadíssima no PIB da região: era 95,9%, em 2006, passou para 95%, em 2015, redução de apenas 1 ponto percentual. Ou seja, não houve perda de posição econômica no período em análise, mesmo considerando o contexto de crise econômica. Isso decorre do fato de o PIB da metrópole de Brasília ser decorrente principalmente da atividade dos serviços de administração pública, pelo fato de aí se concentrar as atividades da gestão federal, tendo em vista que a metrópole contém a capital do país, mas também dos serviços em geral, que pode ser consequência da concentração de atividades de administração pública, que atrai pessoas de todas as partes do país, o que requer a oferta de variados serviços para o seu atendimento.

Com exceção do setor agropecuário, que a maior concentração da atividade econômica está nos demais municípios da região, a metrópole de Brasília apresenta participação muito elevada em todos os setores de atividade econômica (serviços, serviços públicos e indústria) da região. Porém, ao considerar a estrutura econômica dessa metrópole, podemos perceber que tanto o setor industrial quanto o setor

³ A análise que segue toma como referência os dados disponíveis nas tabelas de 1 a 6, do anexo.

agropecuário apresentam participação muito reduzida na dinâmica econômica da metrópole de Brasília, o que demonstra que são as atividades de serviços administrativos e serviços em geral que explicam a posição econômica dessa metrópole e, ao mesmo tempo, o modo como se dá sua inserção regional.

Na análise feita a partir dos dados da RAIS, constatamos que 96% dos vínculos de emprego dos ramos econômicos do Setor de Serviços concentram na metrópole de Brasília. Vale ressaltar que o ramo dos Serviços Sociais correspondia a 51,8%, em 2006, e caiu para 50,2%, em 2015, concentrando a metade dos vínculos do Setor de Serviços da região. Também se destacam, nessa ordem, os ramos dos Serviços Distributivos (19,1%, em 2006, e 19,6%, em 2015), dos Serviços Produtivos e Financeiros (14,2%; 15,4%) e dos Serviços Pessoais (10,4; 9,9%), todos eles concentrados na metrópole. Como as atividades de administração pública correspondem ao ramo de Serviços Sociais, isso explica porque é tão elevada a participação desse ramo de atividade. Ao considerar que os serviços distributivos incorporam todas as atividades de comércio, esse ramo de atividade somado dos serviços pessoas, que incorporam as atividades de alojamento e alimentação, somam quase 30% dos vínculos do setor de serviço, demonstrando a importância dessas atividades para concentração econômica da metrópole de Brasília em sua região de influência, o que confirma aquilo que havia sido sugerido a partir dos dados do PIB. Porém, é preciso também salientar a importância que tem os Serviços Produtivos e Financeiros nessa metrópole, que são atividades de serviços que estão vinculadas à dinâmica econômica produtiva ou financeira, que retrata, por sua vez, a capacidade de comando que a metrópole tem sobre o conjunto de atividades econômicas que está sob seu domínio.

Região de Articulação Ampliada de Manaus

A posição econômica da metrópole de Manaus na região de sua influência também concentra de modo expressivo a economia da região, tendo em vista que, em 2006, a metrópole apresentava uma participação de 75,7% e, em 2015, apesar da redução, teve sua participação em 70,3%. Ou seja, mais de dois terços da economia da região de Manaus concentra-se na sua metrópole. A concentração econômica da metrópole de Manaus decorre do fato de ser aí onde se constituiu a Zona Franca, desde o final dos anos 60, como uma política de incentivos governamental para o desenvolvimento econômico da região. A existência da Zona Franca de Manaus atraiu variados ramos industriais e possibilitou também o desenvolvimento de atividades de serviços a eles ligados, motivo pelo qual são esses os setores de atividade econômica os responsáveis pela concentração econômica na metrópole da região.

Apesar da crise econômica nacional e da mudança de conjuntura na economia internacional, praticamente não houve alteração na participação da metrópole de Manaus no seu contexto regional. O VAB industrial da metrópole correspondia, em 2006, a 30,5% do PIB da região, em 2015 reduziu para 22,8%. O VAB do setor de serviços variou de 23,3%, no mesmo período, para 25,5%. O VAB da agropecuária manteve-se em 0,2%. O VAB da administração pública variou de 7% para 7,9%. Essa elevação da participação dos setores de serviços e da administração pública decorre somente de um efeito estatístico, tendo em vista que não se deve por maior dinamização desses setores de atividade econômica, mas tão somente da redução da participação do setor industrial. Apesar de a metrópole exercer influência econômica sobre os demais municípios de sua região, não foi capaz de provocar um processo de dinamização econômica regional, uma vez que concentra de modo elevado a atividade econômica.

Para qualificar os tipos de atividades industriais e serviços que se destacam na metrópole de Manaus em relação aos demais municípios de sua região de influência, vamos analisar os vínculos de emprego da RAIS. Neste sentido, podemos observar que no setor industrial os ramos mais expressivos são das indústrias manufatureiras de intensidade tecnológica, em 2006 quanto mais elevado era o nível de intensidade tecnológico maior era a participação da metrópole: a indústria manufatureira de alta intensidade tecnológica correspondia a 36,1% dos vínculos; a indústria de média-alta intensidade tecnológica correspondia a 24,5%; a indústria de média-baixa correspondia a 18,1% e a indústria de baixa intensidade correspondia a 9,1%. Porém, em 2015, houve alteração nessas posições: a indústria de média-alta intensidade tecnológica aumentou sua participação para 30%; a indústria de alta intensidade tecnológica diminuiu sua participação para 25,9%; as indústrias de média-baixa e baixa intensidade tecnológica praticamente não alteraram sua participação, a primeira aumentou para 18,9% e a segunda reduziu para 7,7%. Portanto, os ramos de atividades que contribuíram para redução da participação industrial da metrópole de Manaus foram principalmente a indústria manufatureira de alta intensidade tecnológica, e isso favoreceu o aumento relativo de outros ramos de atividade industrial.

Em relação ao Setor de Serviços, os ramos de atividade que mais se destacam são os Serviços Sociais, que concentrava 37,7% dos vínculos de emprego em 2006 e caiu para 31,4% em 2015; os Serviços Distributivos, que correspondiam a 23,3%, em 2006, e 22,6%, em 2015; os Serviços Produtivos e Financeiros, que correspondiam a 9,1%, em 2006, e caiu para 7,6%, em 2016; e os Serviços Pessoais, passaram de 6,8%, em 2006, para 8,1%, em 2015. De modo geral, com exceção de parte das atividades dos serviços sociais, a constituição desses serviços é, em grande medida, derivada da presença das atividades industriais que se localizam na metrópole de Manaus.

Região de Articulação Ampliada de São Paulo

Quando se considera a posição econômica da metrópole de São Paulo em relação a sua região de influência, observa-se que em 2006 ela era responsável por 52,7% do PIB da região, tendo reduzido sua participação para 50,3%, em 2015. Apesar dessa redução, observada no contexto de crise econômica, a metrópole concentra a metade da riqueza produzida em toda sua região, o que demonstra a importância econômica nela existente.

Na análise da participação por setor de atividade econômica no PIB da região, verifica-se que na região comandada por São Paulo o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, apesar de pequeno, está concentrado nos demais municípios da região (exclusive a metrópole), tanto em 2006 quanto em 2015, mesmo tendo reduzido sua participação, passando de 3% para 2,2%, respectivamente, tendo em vista que o VAB agropecuário da metrópole foi 0,1% nos dois anos analisados. Significativo é observar a mudança ocorrida no período na participação do VAB industrial e no VAB de serviços. No primeiro, a metrópole que tinha uma participação de 9,7%, reduz para 6,6%, entre 2006 e 2015; nota-se, contudo, a importância que tem na produção industrial os demais municípios da região, pois registraram participação do VAB industrial de 13,3%, em 2006, e de 12,1%, em 2015. Apesar disso, essa redução da participação da metrópole, nos leva a questionar quais são os ramos de atividade econômica que mais se destacam na metrópole e os que mais se destacam nos demais municípios, pois a crise econômica pode ter impactado mais alguns ramos industriais que outros, o que pode explicar essa redução da participação industrial de São Paulo. No setor de serviços, a participação da metrópole do Valor Adicionado Bruto oscilou positivamente, o que contribuiu para continuar concentrando parte

importante das atividades de serviços da região, pois em 2006 ela apresentava uma participação de 29,9% e em 2015, passou a registrar participação de 31%. Também nesse setor de atividade econômica é importante questionar os ramos de atividade econômica que se destacam na metrópole e os ramos de atividades econômicas mais presentes nas demais regiões, principalmente devido a importância que tem da metrópole paulista na concentração de atividades de serviços.

Essa concentração econômica da metrópole de São Paulo se deve às atividades do Setor de Serviços, pois tanto em 2006 quanto em 2015 esse setor foi o único em apresentou maior participação da metrópole em relação aos demais municípios da região. Já era de se esperar que o setor agropecuário apresentasse maior participação nos demais municípios que da metrópole, mas isso também foi observado no setor de administração pública e no setor industrial. O setor de administração pública pode ser explicado por sua importância em grande parte dos municípios que não apresentam condições endógenas de desenvolvimento. Porém, tendo em vista o papel histórico da metrópole de São Paulo na industrialização brasileira, era de se esperar que ela pudesse ter maior participação nesse setor que os demais municípios da região. A explicação para esse comportamento pode decorrer do processo de desconcentração e reconcentração econômica de que falava Diniz (1993), parte das atividades produtivas passou a se concentrar em áreas próximas à metrópole de São Paulo, como são as áreas de Campinas e no Vale do Paraíba paulista.

Em relação ao setor industrial (exclusive Construção), podemos observar que na região de São Paulo, de acordo com os dados de vínculos da RAIS, em 2006 as indústrias manufatureiras de média-baixa, de média-alta e alta intensidade tecnológica apresentam maior participação na metrópole que nos demais municípios da região. Nos demais ramos industriais, os demais municípios da região de São Paulo apresentavam maior participação que a metrópole. Em 2015, porém, em todos os ramos industriais os demais municípios da região de São Paulo apresentaram maior participação que a metrópole, inclusive nos ramos de maior intensidade tecnológica, apesar de as diferenças não serem tão elevadas. Porém, quando se considera os ramos do setor de serviços, observamos que no ramo dos serviços produtivos e financeiros a metrópole apresenta de modo muito expressivo maior participação em relação aos demais municípios da região. No ramo dos serviços distributivos, a participação da metrópole é semelhante à participação dos demais municípios. O que demonstra que nos serviços vinculados à dinâmica da economia, seja produtivo, distributivo ou financeiro, há maior concentração na metrópole que nos demais municípios da região. Também podemos observar que no setor da construção os ramos de incorporação e atividades imobiliárias, dos serviços especializados para construção e obras e infraestrutura estão concentrados na metrópole, mesmo o primeiro tendo ocupado posição semelhante ao da metrópole nos demais municípios em 2015. Por outro lado, no ramo da construção de edifícios a maior participação encontra-se nos demais municípios da região de São Paulo.

Região de Articulação Ampliada de Rio de Janeiro

A posição econômica da metrópole do Rio de Janeiro correspondia à metade do PIB da região em 2006 (51,9%), porém no contexto de crise econômica sua participação se elevou para 59,1%, um aumento de 7,2 pontos percentuais no período, que pode ser decorrente de maior perda econômica verificada nos demais municípios da região de influência do Rio de Janeiro em decorrência

principalmente da diferença entre os ramos industriais existentes na metrópole e nos demais municípios.

Foi justamente no setor industrial que houve aumento da participação da metrópole do Rio de Janeiro no PIB da região. Em 2006, a metrópole tinha participação de 7,8% do VAB industrial e em 2015 essa participação se ampliou para 8,8%. Ao considerar que nos demais municípios da região há a presença forte de indústrias extrativas, como aquelas que exploram a extração de petróleo, e que no contexto de crise econômica houve redução da cotação do barril do petróleo no mercado internacional, isso pode explicar o aumento da participação da metrópole no VAB industrial, tendo em vista que nesse território é mais diversificada a atividade industrial e que a variação do VAB também é influenciada pela variação dos preços dos produtos industriais.

A participação dos demais setores de atividades econômicas praticamente não se alterou entre 2006 e 2015. A metrópole do Rio de Janeiro registrou participação inferior a 1% do VAB agropecuário no PIB regional nos dois anos analisados. A participação do setor de serviços da metrópole aumentou de 24,6%, em 2006, para 29,9%, em 2015. E no setor da administração pública, no mesmo período, variou de 9% para 9,8%. Esses resultados demonstram que a oscilação para cima da participação dos setores de atividade econômica da metrópole no PIB da região pode ser explicada pelas mudanças ocorridas nos demais municípios do que pela dinâmica ocorrida na própria metrópole. Além disso, nos indica que a mudança nas atividades industriais ocorrida nos demais municípios não influencia o desempenho dos demais setores de atividades econômicas, o que indica a ausência de articulação entre essas atividades.

Na análise a partir dos dados da RAIS, observamos que no setor industrial os únicos ramos que apresentam maior participação da metrópole em relação aos demais município na região do Rio de Janeiro são os ramos da indústria de manufaturados de média-alta e alta intensidade tecnológica. Nos ramos industriais manufatureiros de médio-baixa e baixa intensidade tecnológica e nos ramos das indústrias derivadas das atividades extrativas e agropecuárias, tanto em 2006 quanto em 2015, os demais municípios da região apresentaram maior participação. É importante considerar, porém, que naqueles ramos industriais em que a metrópole se destaca em relação aos demais municípios da região de sua influência, a participação é muito pequena: no ramo da indústria manufatureira de alta intensidade tecnológica sua participação era de 2,2%, em 2006, e 2,1%, em 2015; no ramo de média-alta intensidade tecnológica era 8,4%, em 2006, e de 7,2%, em 2015. Isso significa que, sendo estes os ramos industriais que apresentam maior capacidade de articulação territorial, a metrópole apresenta limitação à maior articulação regional devido à baixa participação que tem esses ramos industriais.

No setor de serviços, a metrópole do Rio de Janeiro se destaca em todos os ramos de atividade. Sua maior participação encontra-se nos Serviços Sociais (23,8%, em 2006; 22,2%, em 2015), que incorporam as atividades de administração pública. Porém, não muito longe desse ramo de atividade, há expressiva participação nos Serviços Distributivos (19,6%; 19,7%), seguidos pelos Serviços Produtivos e Financeiros (10,6%; 10,5%) e pelos Serviços Pessoais (9,7%; 10%). Vale notar que entre o período de 2006 a 2015 não houve mudança relativa na participação desses ramos de atividade no Setor de Serviços. Isso pode, contudo, reafirmar que a dinâmica do setor de serviços não está tão vinculada à atividade industrial, tendo em vista que se viabiliza de modo relativamente autônomo em relação a ela.

A metrópole de Belo Horizonte registrava participação de 48,9% no PIB de sua região, em 2006, e 48,5%, em 2015, mantendo, portanto, a mesma posição econômica na região. Ocorreu pequena redução da participação do VAB industrial da metrópole entre 2006 e 2015 no PIB regional, passando de 12,3% para 11,2%. Isso significou também o aumento relativo da participação do setor de serviços, passando de 22,8% para 24,4%, no mesmo período. O setor da administração pública da metrópole aumentou a participação de 5% para 5,8%, entre 2006 e 2015. O setor agropecuário, além de muito baixa, praticamente não apresentou alteração no período de análise.

Quando se analisam os dados de vínculos da RAIS, observamos que no setor de serviços, nos dois anos analisados, todos os ramos de atividade apresenta concentração na metrópole em comparação com os demais municípios da região de Belo Horizonte, com exceção do ramo dos serviços distributivos, que em 2015 a participação maior foi dos demais municípios. O ramo de serviços de maior participação é o ramo dos Serviços Sociais e é neste ramo que os demais municípios também apresentam sua maior participação, apesar de inferior ao registrado pela metrópole. A mesma comparação pode também ser feita em relação aos Serviços Distributivos que ocupa a segunda posição na participação do Setor de Serviços da metrópole e também dos demais municípios. Esse ramo de atividade é seguido pelos Serviços Produtivos e Financeiros, mas nesse ramo observa-se maior predomínio na participação da metrópole em comparação com os demais municípios da região, o que demonstra que nesse caso há de fato concentração dessas atividades na metrópole.

No setor industrial, a metrópole de Belo Horizonte apresentou participação de 40,5% dos vínculos de emprego da região sob sua influência, em 2006. Essa participação, no entanto, aumentou para 45%, em 2015, demonstrando situação favorável para metrópole nesse período analisado. Porém, somente em alguns ramos industriais há maior predomínio da metrópole em comparação com os demais municípios da região. Observa-se que, apesar de baixa participação, a metrópole apresenta predomínio no ramo da indústria manufatureira de alta tecnologia em relação aos demais municípios da região de Belo Horizonte. A metrópole também apresenta maior participação que os demais municípios nas indústrias manufatureira de média-alta tecnologia, porém nas indústrias manufatureiras de média-baixa e baixa tecnologia o predomínio é observado nos demais municípios da região, tanto em 2006 quanto em 2015.

COMPARAÇÃO ENTRE AS METRÓPOLES DE ARTICULAÇÃO CONCENTRADA

As metrópoles de articulação concentrada têm em comum o fato de apresentarem maior participação no VAB do Setor de Serviços em relação aos demais municípios de suas regiões de influência. O destaque se dá, principalmente, por sua maior participação no ramo dos Serviços Produtivos e Financeiros. Tanto em 2006, quanto em 2015, é nesse ramo que há maior predomínio de participação das metrópoles em relação aos demais municípios que estão sob sua influência. Apesar disso, nas regiões de Brasília e de Manaus a participação dos demais municípios era muito pequena nos anos analisados. Ao contrário, mesmo sendo menor que a participação da metrópole, os demais municípios da região de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte registraram participação significativa. Nos Serviços Distributivos ocorrem maior diferenças entre as metrópoles em comparação com seus municípios do interior. As metrópoles de Belo Horizonte e de São Paulo apresentam nível de participação muito semelhante com os demais municípios de suas regiões de influência. A metrópole do Rio de Janeiro apresenta nível participação mais elevado que demais municípios de sua região, apesar

de ainda ser elevada a participação no interior. As metrópoles de Manaus e de Brasília registraram participação muito mais elevada que aquelas verificadas nos demais municípios de sua região.

Na comparação dos Serviços Sociais da classificação do Observatório das Metrópoles, que são compatíveis com os Serviços da Administração Pública do PIB Municipal, observa-se predomínio em todas as metrópoles na comparação com os demais municípios de sua região de influência. É relevante destacar que esse predomínio é ainda maior na região de Brasília, pois sua metrópole concentra as atividades de gestão pública tanto do governo do Distrito Federal quanto da União. Nas outras regiões, mesmo tendo maior predomínio da metrópole, a participação dos demais municípios que estão sob sua influência também é significativa.

Na comparação do setor industrial, observam-se maiores diferenças entre as metrópoles de articulação concentrada. As metrópoles das regiões de Manaus e de Brasília concentram as atividades industriais da região, ao contrário das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro que a maior parte da produção industrial se realiza nos demais municípios de sua região. A metrópole de Belo Horizonte é a única que apresenta participação em nível semelhante ao dos demais municípios da região. Em todas as regiões houve redução da participação do VAB industrial, com maior impacto nas regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e de Manaus. Essa redução provocou também redução tanto na metrópole quanto nos demais municípios de cada região.

Quando se considera os ramos da indústria manufatureira segundo o nível de intensidade tecnológica, observa-se que em todos eles (baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica) a metrópole de São Paulo possui menor participação em relação aos demais municípios de sua região no de 2015, ao contrário de 2006 quando o nível de participação entre metrópole e interior era praticamente o mesmo em todos os ramos, com exceção do ramo de baixa intensidade tecnológica que era maior na metrópole. As metrópoles de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro registraram maior participação nos ramos da indústria manufatureira de alta e média-alta intensidade tecnológica tanto em 2006 quanto em 2015. Também nesses dois anos elas tiveram menos participação nos ramos da indústria manufatureira de baixa e média-baixa intensidade tecnológica. As metrópoles de Manaus e de Brasília foram aquelas que registraram maior participação em relação aos demais municípios em todos os ramos da indústria manufatureira segundo o grau de intensidade tecnológica.

De modo geral, as metrópoles de articulação concentrada se caracterizam por apresentar em suas regiões de influência maior predomínio nos ramos de atividade econômica mais especializados seja no setor de serviços, como é o caso dos serviços produtivos e financeiros, seja no setor industrial, como é o caso das indústrias manufatureiras de maior intensidade tecnológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho analisar a posição econômica das metrópoles brasileiras no seu contexto regional. A partir da definição de metrópole apresentada na REGIC 2007 e da regionalização do estudo Divisão Urbano-Regional do IBGE, no nível das regiões ampliadas de articulação regional, pudemos observar por meio dos dados agregados do PIB Municipal, que as metrópoles brasileiras se diferenciam segundo a concentração ou desconcentração econômica regional. Neste sentido,

observamos que as metrópoles de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Cuiabá e Porto Velho foram classificadas como de articulação desconcentrada, tendo em vista que os demais municípios das regiões que estão sob sua influência apresentam maior proporção do PIB. Por outro lado, as metrópoles de Manaus, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram classificadas como metrópoles de articulação concentrada, tendo em vista que elas concentram, se não a metade, a maior parte do PIB de suas regiões de influência.

Ao focar nossa análise nas metrópoles de articulação concentrada, pudemos observar que houve mudanças na sua relação com os demais municípios das regiões que estão sob sua influência entre 2006 e 2015, num contexto de maior intensificação do processo de desindustrialização da economia nacional. Porém, o comportamento apresentado entre elas não foi exatamente o mesmo, tendo em vista que isso decorreu do modo como a articulação regional é estabelecido por cada uma das metrópoles. Isso significa que o processo de desindustrialização, por exemplo, contribuiu para aumentar a participação do setor industrial no PIB da região da metrópole do Rio de Janeiro, tendo em vista que o interior dessa região foi mais afetado por aquele processo, ao contrário das demais metrópoles que tiveram redução dessa participação.

Além disso, pudemos observar que, de modo geral, as essas metrópoles de articulação concentrada apresentam maior participação nos ramos industriais de maior intensidade tecnológica e menor participação nos ramos industriais de menor intensidade tecnológica. Isso sugere uma interpretação de que, apesar de a atividade industrial ter se deslocado para áreas não metropolitanas, as metrópoles ainda são responsáveis pelos segmentos mais dinâmicos do setor industrial. De todo modo, essa interpretação precisa ser vista com cautela, porque depende do modo como está estruturada a economia de cada região e da relação estabelecida entre a metrópole e os demais municípios. Neste sentido, há diferenças importantes entre São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Manaus, que são aquelas regiões que apresentam maior importância no setor industrial.

Na mesma linha, pudemos também observar que, além dessas metrópoles de articulação concentrada apresentar maior participação no setor de serviços, todas elas se destacam por apresentar maior participação nos ramos dos serviços produtivos e financeiros e, em certa medida, dos serviços distributivos. O fato de se destacar nesses ramos do setor de serviços indica que as metrópoles tendem a concentrar aquelas atividades necessárias para garantir a dinâmica da economia, normalmente impulsionada pelo setor produtivo. Isso significa que mesmo que as atividades produtivas e dinâmicas possam se localizar fora das metrópoles, o seu funcionamento, ao depender de determinadas atividades que fazem parte do setor de serviços, demonstra a importância que as metrópoles possuem no processo de comando da articulação econômica regional.

Apesar da pretensão de se fazer uma leitura nacional da posição econômica das metrópoles no seu contexto regional, os resultados encontrados neste trabalho não deixam dúvidas sobre a necessidade de se aprofundar a análise de cada uma das regiões na perspectiva de dissecar os processos econômicos que nelas se realizam em sua articulação espacial. Esse esforço precisa ser enfrentado tanto para cada uma das metrópoles aqui classificadas de articulação concentrada, como para aquelas que denominamos de articulação desconcentrada. E, neste sentido, torna-se importante utilizar não apenas o nível escalar das regiões ampliadas de articulação urbana, mas também os demais níveis escalares, das regiões intermediárias de articulação urbana e das regiões imediatas de articulação urbana, a depender do nível de detalhamento que se procura encontrar. Um esforço como esse contribuirá num momento

posterior para construção de sínteses nacional da posição econômica das metrópoles no seu contexto regional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda. In: SADER, E. e GARCIA, M. A. (orgs.). Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.
- CANO, W. Desconcentração produtiva regional no Brasil: 1970-2005. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DINIZ, C. C.. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. Revista Nova Economia, v. 3, n. 1, pp. 35-64, 1993.
- DINIZ, C. C. e DINIZ, B. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. EURE. Santiago, v. XXXIII, pp. 27-43, 2007.
- DIVISÃO URBANO-REGIONAL. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.
- GONÇALVES, R. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010 (161-179). Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.
- PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Economia e Sociedade, Campinas, (6): 113-40, jun. 1996.
- PIB MUNICIPAL: 2006 e 2015. IBGE: Rio de Janeiro.
- REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES 2007 (REGIC). IBGE: Rio de Janeiro, 2008.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE): Brasília.
- RIBEIRO, L. C. de Q. Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 2013.
- SIQUEIRA, H. Novo desenvolvimentismo e dinâmica urbano-regional no Brasil (2004-2012). EURE, Santiago/Chile, vol. 41, no 122, pp. 261-277, enero 2015.

ANEXOS

Quadro 1
Classificação das atividades econômicas

10	Setor primário agropecuário e extrativo
110	Agropecuária
120	Extração Mineral
130	Extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis
20	Indústrias derivadas de atividades agropecuárias e extrativas
210	Indústrias ligadas à agropecuária
220	Indústrias ligadas à indústria extrativa
30	Setor de Manufaturados de baixa e média-baixa tecnologia
310	Manufaturas de baixa intensidade tecnológica
320	Manufaturas de média-baixa intensidade tecnológica
40	Setor de Manufaturados de média-alta e alta tecnologia
410	Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica
420	Manufaturas de alta intensidade tecnológica
50	Construção
510	Incorporação e atividades imobiliárias próprias
520	Construção de edifícios
530	Obras de infraestruturas
540	Serviços especializados para construção
60	Serviços
610	Serviços industriais de utilidade pública
620	Serviços Distributivos
621	Comércio e reparação de automóveis
622	Comércio atacadista
623	Comércio varejista
624	Comércio ambulante
625	Transporte, armazenagem e distribuição
626	Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)
630	Serviços Produtivos e Financeiros
631	Serviços Financeiros
632	Administração e comércio de imóveis
633	Serviços técnico-profissionais e científicos
634	Serviços de TI
635	Serviços de apoio à produção e serviços pessoais
640	Serviços Sociais
641	Administração Pública
642	Educação
643	Serviços de saúde e assistência social
644	Organizações associativas e organismos internacionais
650	Serviços Pessoais
651	Alojamento e alimentação
652	Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão
653	Outras atividades de serviços pessoais
660	Serviços Domésticos

Figura 1
Classificação das atividades econômicas

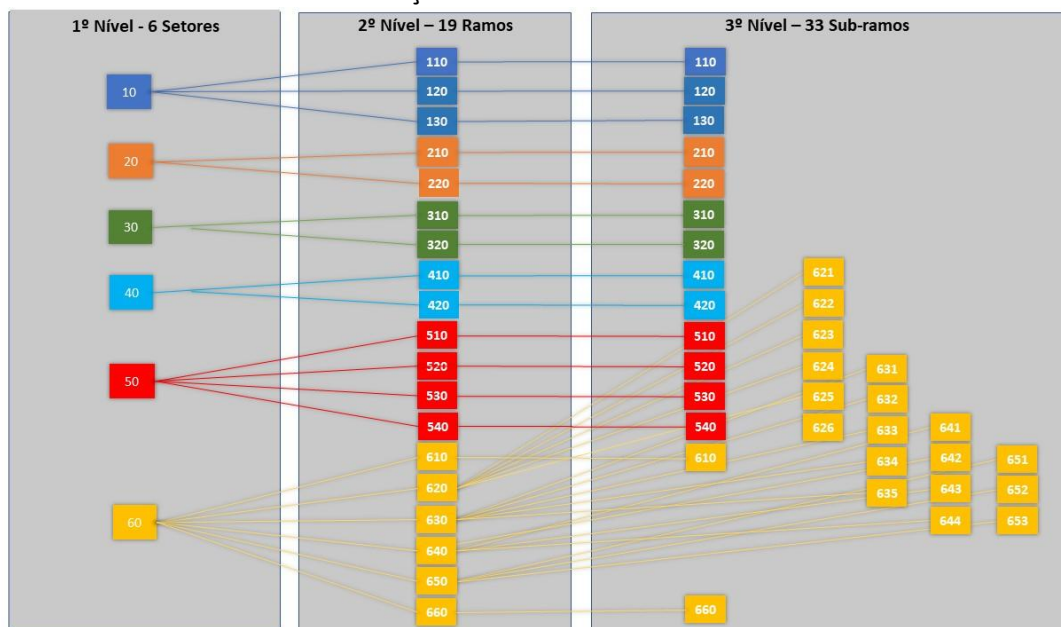


Tabela 1

Participação Setorial no PIB da Região Ampliada de Articulação Urbana das Metrôpoles e dos Demais Municípios - 2006

Região Ampliada de Articulação Urbana	Demais Municípios					Metrópole					Total
	VAB da Agropecuária	VAB da Indústria	VAB dos Serviços	VAB da Administração	Impostos	VAB da Agropecuária	VAB da Indústria	VAB dos Serviços	VAB da Administração	Impostos	
Manaus	2,8	4,8	5,5	9,9	1,3	0,2	30,5	23,3	7,0	14,8	100,0
Brasília	0,9	0,6	1,4	0,8	0,3	0,4	5,7	38,9	38,3	12,6	100,0
São Paulo	3,0	13,3	19,3	4,9	6,7	0,1	9,7	29,9	3,5	9,7	100,0
Rio de Janeiro	1,1	21,7	14,2	5,7	5,4	0,0	7,8	24,6	9,0	10,5	100,0
Belo Horizonte	4,3	13,5	18,9	8,9	5,6	0,1	12,3	22,8	5,0	8,8	100,0
Porto Velho	9,4	10,4	24,3	25,9	7,9	0,5	4,0	9,1	4,8	3,6	100,0
Belém	9,9	15,3	18,4	15,4	4,5	0,2	7,7	18,7	4,5	5,5	100,0
Fortaleza	7,3	15,0	24,7	17,6	6,8	0,1	5,9	13,9	4,0	4,7	100,0
Recife	6,5	11,6	25,0	19,3	7,5	0,3	5,3	14,4	4,7	5,5	100,0
Salvador	7,4	12,1	19,3	14,1	6,1	0,1	10,7	17,9	3,6	8,7	100,0
Curitiba	6,1	19,1	29,8	8,8	8,7	0,1	7,5	12,6	2,2	5,1	100,0
Porto Alegre	7,8	17,8	27,9	8,7	9,0	0,1	5,1	15,2	2,7	5,7	100,0
Cuiabá	13,1	9,6	24,0	12,7	8,4	0,0	4,9	16,4	4,6	6,2	100,0
Goiânia	6,6	17,7	22,8	10,4	6,9	0,1	7,2	18,9	4,6	4,8	100,0
Total	4,3	14,8	19,7	8,0	6,4	0,1	8,7	23,6	5,8	8,5	100,0

Fonte: PIB Municipal, IBGE.

Tabela 2

Participação Setorial no PIB da Região Ampliada de Articulação Urbana das Metrôpoles e dos Demais Municípios - 2015

Região Ampliada de Articulação Urbana	Demais Municípios					Metrópole					Total
	VAB da Agropecuária	VAB da Indústria	VAB dos Serviços	VAB da Administração	Impostos	VAB da Agropecuária	VAB da Indústria	VAB dos Serviços	VAB da Administração	Impostos	
Manaus	6,1	3,5	7,3	11,4	1,4	0,2	22,8	25,5	7,9	13,9	100,0
Brasília	1,2	0,8	1,7	0,9	0,3	0,5	4,9	40,8	36,1	12,6	100,0
São Paulo	2,2	12,1	23,2	5,4	6,8	0,1	6,6	31,0	3,6	9,0	100,0
Rio de Janeiro	1,0	12,0	16,5	6,5	4,9	0,0	8,8	29,9	9,8	10,6	100,0
Belo Horizonte	3,7	11,8	21,3	10,3	4,4	0,1	11,2	24,4	5,8	6,9	100,0
Porto Velho	11,7	7,7	25,6	22,2	6,6	0,8	6,4	10,5	5,0	3,4	100,0
Belém	10,0	18,0	19,7	17,1	4,8	0,1	6,2	15,0	4,6	4,5	100,0
Fortaleza	5,9	11,0	27,0	19,4	7,0	0,1	5,7	15,4	4,1	4,4	100,0
Recife	4,2	11,0	29,2	18,9	7,9	0,2	5,2	14,6	4,3	4,4	100,0
Salvador	6,6	9,9	24,1	14,8	5,5	0,1	9,8	18,8	4,1	6,3	100,0
Curitiba	6,2	16,9	32,8	9,0	9,9	0,1	5,6	12,2	2,4	4,9	100,0
Porto Alegre	8,4	16,5	30,4	9,9	7,9	0,1	4,7	14,8	2,9	4,4	100,0
Cuiabá	17,6	11,6	27,5	11,5	6,0	0,1	4,4	14,2	4,0	3,2	100,0
Goiânia	9,1	15,4	23,6	10,4	6,6	0,1	6,3	19,7	4,5	4,4	100,0
Total	4,2	12,3	23,0	8,9	6,4	0,1	7,1	24,5	5,9	7,6	100,0

Fonte: PIB Municipal, IBGE.

Tabela 3

Participação dos ramos de atividade no total de vínculos do Setor Agropecuário de regiões ampliadas de articulação urbana selecionados segundo a Metrópole e os Demais municípios - 2006 e 2016

Ramo de atividade econômica	Área territorial	Manaus		Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Brasília	
		2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Agropecuária	Metrópole	23,4	18,7	7,4	4,1	3,3	2,7	2,6	2,5	38,4	33,9
	Demais municípios	43,5	58,7	73,7	72,4	58,8	53,8	93,6	92,0	53,5	56,9
Extração Mineral	Metrópole	0,4	1,1	4,1	5,6	2,1	3,7	0,8	1,1	2,5	2,2
	Demais municípios	17,1	4,8	14,0	17,7	10,4	10,4	2,4	3,8	5,1	6,9
Extração de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	Metrópole	0,7	8,1	0,1	0,2	10,1	6,4	0,2	0,1	0,4	0,1
	Demais municípios	15,0	8,6	0,6	0,2	15,3	23,0	0,3	0,5	0,2	0,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Classificação de atividades econômicas elaborada pelo Observatório das Metrôpoles.

Tabela 4

Participação dos ramos de atividade no total de vínculos do Setor Industrial de regiões ampliadas de articulação urbana selecionados segundo a Metrópole e os Demais municípios - 2006 e 2016

Ramo de atividade econômica	Área territorial	Manaus		Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Brasília	
		2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Indústrias ligadas à agropecuária	Metrópole	5,9	8,4	4,9	6,5	7,3	6,9	3,0	3,3	37,2	35,1
	Demais municípios	1,3	1,8	10,7	14,3	8,0	9,5	13,3	16,1	5,9	5,9
Indústrias ligadas à indústria extrativa	Metrópole	1,6	1,9	3,6	3,4	3,3	5,6	2,1	1,9	7,3	9,3
	Demais municípios	1,3	2,4	4,9	6,2	6,9	7,6	4,7	5,8	1,4	3,8
Manufaturas de baixa intensidade tecnológica	Metrópole	9,1	7,7	7,6	5,5	14,3	11,3	10,5	8,8	20,9	16,8
	Demais municípios	1,8	2,1	22,1	20,9	18,8	15,8	14,8	13,9	1,5	1,1
Manufaturas de média-baixa intensidade	Metrópole	18,1	18,9	12,9	10,9	11,7	12,0	10,9	8,7	12,3	13,6
	Demais municípios	0,1	0,8	14,7	12,4	14,2	16,6	8,6	9,6	0,8	1,7
Manufaturas de média-alta intensidade tecnológica	Metrópole	24,5	30,0	11,6	12,8	8,4	7,2	13,3	11,7	9,4	6,9
	Demais municípios	0,2	0,1	4,5	4,9	4,5	5,2	13,2	14,6	0,1	0,2
Manufaturas de alta intensidade tecnológica	Metrópole	36,1	25,9	1,6	1,5	2,2	2,1	2,9	2,4	3,2	5,5
	Demais municípios	0,0	0,0	0,9	0,7	0,5	0,3	2,8	3,2	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Classificação de atividades econômicas elaborada pelo Observatório das Metrôpoles.

Tabela 5

Participação dos ramos de atividade no total de vínculos do Setor de Construção de regiões ampliadas de articulação urbana selecionados segundo a Metrópole e os Demais municípios - 2006 e 2016

Ramo de atividade econômica	Área territorial	Manaus		Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Brasília	
		2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	Metrópole	1,6	2,7	1,2	3,5	2,5	3,9	3,3	3,8	7,6	11,4
	Demais municípios	0,2	0,8	0,8	2,3	1,6	2,3	1,9	3,6	0,1	0,2
Construção de edifícios	Metrópole	38,8	35,4	22,1	21,2	14,3	14,4	18,0	14,3	38,4	40,6
	Demais municípios	13,4	9,6	11,5	14,4	17,8	11,9	19,1	15,4	1,7	2,2
Obras de infraestruturas	Metrópole	26,9	15,7	34,9	23,1	23,6	25,9	18,6	13,7	35,5	19,6
	Demais municípios	5,0	2,3	12,2	10,5	18,0	13,6	14,1	11,5	0,8	1,3
Serviços especializados para construção	Metrópole	13,2	30,2	10,9	15,6	13,6	18,7	16,3	24,3	15,5	24,0
	Demais municípios	1,0	3,2	6,4	9,4	8,5	9,2	8,6	13,4	0,4	0,7
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Classificação de atividades econômicas elaborada pelo Observatório das Metrópoles.

Tabela 6

Participação dos ramos de atividade no total de vínculos do Setor de Serviços de regiões ampliadas de articulação urbana selecionados segundo a Metrópole e os Demais municípios - 2006 e 2016

Ramo de atividade econômica	Área territorial	Manaus		Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		Brasília	
		2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016	2006	2016
Serviços industriais de utilidade pública	Metrópole	1,0	1,0	1,4	1,0	1,2	1,1	0,6	0,6	0,8	0,9
	Demais municípios	0,7	0,5	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,0	0,0
Serviços Distributivos	Metrópole	23,3	22,6	16,3	17,0	19,6	19,7	17,5	17,3	19,1	19,6
	Demais municípios	4,2	6,0	15,9	18,2	12,5	13,7	17,3	18,1	1,2	1,6
Serviços Produtivos e Financeiros	Metrópole	9,1	7,6	9,9	10,0	10,6	10,5	12,7	12,9	14,2	15,4
	Demais municípios	1,0	1,1	2,8	3,8	3,9	4,0	5,1	5,8	0,1	0,3
Serviços Sociais	Metrópole	37,7	31,4	24,7	20,7	23,8	22,2	19,0	16,9	51,8	50,2
	Demais municípios	15,3	20,3	19,3	19,0	14,4	14,0	15,9	15,2	2,0	1,9
Serviços Pessoais	Metrópole	6,8	8,1	6,5	6,4	9,7	10,0	6,9	7,4	10,4	9,9
	Demais municípios	0,9	1,4	2,8	3,5	3,7	4,2	4,3	5,3	0,2	0,3
Serviços Domésticos	Metrópole	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Demais municípios	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Classificação de atividades econômicas elaborada pelo Observatório das Metrópoles.